



## EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DE ALUNAS DO SEGUNDO ANO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEMS – DOURADOS/MS

Valéria Castilho de Andrade SOUZA (UEMS - Dourados)<sup>1</sup>

Débora de Barros SILVEIRA (UEMS - Dourados)<sup>2</sup>

**RESUMO:** Esse trabalho teve como objetivo identificar concepções de discentes do segundo ano do curso de Pedagogia da UEMS, em Dourados - MS, no ano de 2016, sobre aspectos relacionados à Educação Infantil e sobre o motivo da escolha pelo curso. Investigamos se quando ingressaram no curso de Pedagogia elas tinham o conhecimento sobre o que significa Educação Infantil e, que esta licenciatura forma profissionais para atuar nesse segmento educativo; se pretendiam exercer a docência com crianças de 0 a 5 anos de idade ao concluírem a graduação; se já conheciam algum ambiente interno de uma instituição no início de segundo ano de sua formação inicial e, em caso afirmativo, qual a primeira impressão que tiveram. Para desenvolver a pesquisa utilizamos a abordagem metodológica qualitativa e os dados foram coletados por meio de um questionário, disponibilizado às alunas via plataforma de aprendizagem Moodle, durante o curso da disciplina Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil. Participaram desse estudo 20 discentes. Identificamos no estudo que 15 discentes declararam ter intenção de atuar na Educação Infantil e a maioria delas explicitou que tinha conhecimento que o curso formava para atuar nesse segmento. Várias afirmaram ter tido oportunidade de acesso às instituições de educação infantil por vivenciarem experiências como bolsistas, por meio de viagem técnica e pelos estágios remunerados. Outras conheceram instituições levando seus filhos ou outras crianças que frequentavam esses espaços. A maioria das participantes da pesquisa teve boas impressões sobre o trabalho realizado nas instituições de educação infantil que conheceram. Dessa forma, ao optarem pelo curso de Pedagogia da UEMS, as discentes buscam conhecimentos que as auxiliem para o exercício da docência, conhecimentos que propiciem a organização de práticas pedagógicas para que possam contribuir de forma significativa no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Concepções. Educação Infantil. Formação inicial de professoras.

### Introdução

O presente trabalho teve como objetivo identificar algumas das concepções de discentes que cursavam o segundo ano de Pedagogia, no ano de 2016, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, em Dourados – MS, sobre

<sup>1</sup> Egressa do curso de Pedagogia da UEMS – Unidade Universitária de Dourados. E-mail: vcandradesouza@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do Curso de Pedagogia da UEMS - Unidade Universitária de Dourados. E-mail: debora@uems.br

aspectos relacionados à Educação Infantil e, ao mesmo tempo, identificar o motivo pelo qual escolheram o curso de Pedagogia.

Investigamos se quando ingressaram no curso de Pedagogia elas sabiam o que significa Educação infantil e, que esta licenciatura forma profissionais para atuar nesse segmento educativo; se pretendem atuar como docentes de crianças de 0 a 5 anos de idade ao concluírem a graduação; se já conheciam algum ambiente interno de uma instituição no início de segundo ano do curso de formação inicial e, em caso afirmativo, qual foi a primeira impressão que tiveram ao conhecê-la.

Investigar algumas concepções referentes à educação infantil é importante, visto que o Curso de Pedagogia abrange a formação de professores para atuar como profissionais nesse segmento educativo, nas séries iniciais do ensino fundamental e, também, na gestão educacional. Nesse sentido, conhecer as concepções das discentes é fundamental para que hajam práticas, nas diferentes disciplinas do curso, que venham atender às necessidades de formação e que, na medida do possível, possam atender às expectativas das alunas em formação.

Os elementos-chave para nossa discussão perpassam sobre quais concepções iniciais sobre educação infantil que as discentes do Curso de Pedagogia trazem ao optar por essa formação acadêmica, bem como as vivências que contribuíram para fortalecer a decisão do campo profissional que desejam atuar.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário, utilizando a plataforma de aprendizagens Moodle, na disciplina Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil. No estudo optamos pela utilização de uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, visto que ela abarca os fenômenos humanos levando em consideração parte da realidade social vivida, partilhada (MINAYO, 2009). Desta forma, acreditamos serem relevantes as concepções atribuídas pelas discentes diante das questões propostas em nossa pesquisa.

Nesse artigo, apresentamos inicialmente algumas reflexões sobre educação infantil. Em seguida, apresentamos os relatos sobre os motivos da escolha da graduação em Pedagogia, bem como ressaltamos as concepções acerca da educação infantil, as experiências e as perspectivas das discentes do curso de Pedagogia de atuação ou não nas instituições destinadas a crianças de 0 a 5 anos de idade.

### **Educação infantil: algumas concepções**

No Brasil, a Educação Infantil é considerada a primeira etapa da Educação Básica e esta modalidade é oferecida em espaços públicos ou privados, nos quais cuidam e educam de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2010).

O pensamento sobre atendimento às crianças com menos de 6 anos no Brasil surge sob influência de modelos europeus. Nos séculos XIX e XX passaram a existir dois tipos principais de atendimento às crianças com idade abaixo de sete anos. Em linhas gerais, um de boa qualidade destinado a crianças da elite e outra de custódia e de disciplina para filhas e filhos de mulheres trabalhadoras e de baixa renda, para crianças desamparadas, órfãs ou abandonadas. Dessa forma, as creches surgem para as crianças pobres, órfãs ou abandonadas, de cunho assistencial e os Jardins de Infância, para as crianças da elite, de cunho educacional (NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011).

Percebem-se claramente as distinções em relação à educação infantil diante das propostas de criação de educação com distintos olhares, para ricos e pobres. No atendimento das crianças pobres não era necessário grande investimento, pois eram vistas como futuros trabalhadores, que seriam foco de exploração social, como afirma Kuhlmann (1998).

Por muito tempo, a educação infantil ficou atrelada à Assistência Social, sob cuidados de igrejas e de organizações filantrópicas. Algumas entidades, como Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, criado em 1880, tinham caráter médico-social e higienista. Autores como Nunes, Corsino e Didonet (2011) atribuem a este período o início de uma aliança existente entre atendimento assistencial, de saúde e educacional oferecido às crianças, filhos e filhas de trabalhadores e das classes pobres. A creche foi um dos atendimentos precários que passou muitos anos sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e só nas últimas décadas que passou a ser conduzida pelo Ministério da Educação.

O atendimento à educação infantil passa a ser considerado como pertencente ao Ministério da Educação devido a Constituição Federal de 1988, que considerou-a como direito da criança, da família e dever do Estado e às Leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescentes - lei nº 8069/1990 (BRASIL, 1990), que garante a proteção à criança e assegura direitos específicos a criança e ao adolescente. Outro fato importante constitui-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, lei nº 9394/1996, que assegura o direito ao atendimento gratuito em creches e

pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos de idade, e que divide a educação em dois níveis: educação básica e superior, sendo que a educação infantil passa a ser a primeira etapa da educação básica (BRASIL, 1996)

A legislação passou a ter um olhar para a criança como um sujeito histórico, que produz conhecimentos, portador de saberes adquiridos a partir do nascimento, no convívio familiar e na sociedade, que está em processo de desenvolvimento e aprendizagem.

A partir da LDB, houve a necessidade de criar resoluções e outros documentos norteadores para as práticas educativas com as crianças. A primeira versão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Resolução CEB nº 1, de 7 de abril de 1999 e, a segunda, a Resolução nº 05 de 2009. Já o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, foi um primeiro documento oficial pós-LDB, publicado em 1998, documento constituído por três volumes, que teve e tem o intuito de referenciar ou direcionar as práticas educacionais, servindo como um documento que propõem reflexões aos profissionais que atuam na Educação Infantil, entre elas, a questão da indissociabilidade entre o cuidar e o educar (BRASIL, 1998).

Percebe-se que as políticas voltadas para a educação infantil constituem-se em um processo de conquistas recentes. As crianças que antes eram vistas como sujeitos que precisavam de cuidados e para isso bastava existir uma mulher experiente que pudesse atendê-las, hoje têm garantida nas legislações e documentos oficiais uma concepção de que estão nas instituições de educação infantil para terem asseguradas aprendizagens e o seu desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social, enfim, seu desenvolvimento integral.

Para que haja um trabalho adequado e de qualidade que promova este desenvolvimento integral das crianças, é fundamental, entre outros aspectos, a existência de docentes na educação infantil, profissionais estes que receberam uma formação inicial e que estejam recebendo formação continuada em seus locais de trabalho.

Diante da importância do trabalho desenvolvido nas instituições de educação infantil, são necessárias políticas públicas que atendam às demandas e às especificidades das crianças e dos docentes que atuam nesses espaços (ASSIS, 2009).

Dessa forma, os profissionais da educação infantil terão uma valorização enquanto mediadores do processo de aprendizagens das crianças pequenas, reconhecimento e paridade com os demais docentes que trabalham na educação básica.

A educação infantil foi inserida na educação básica, portanto, seus profissionais requerem o mesmo tratamento dos outros que nela atuam. É preciso eliminar preconceitos arraigados da tradição brasileira, como o de que do profissional que atua com crianças de 0 a 6 anos não se requer preparo acurado equivalente ao de seus pares de outros níveis escolares, o que demonstra o desconhecimento da natureza humana e da sua complexidade, especialmente ao potencial de desenvolvimento da faixa etária de 0 a 6 anos (KISHIMOTO, 1999, p. 74-75).

As concepções e as conquistas que permeiam a educação infantil vêm se sobrepondo a um processo histórico alicerçado na invisibilidade das crianças pequenas e que, para atendê-las, não era preciso formação específica e sim apenas ser mãe, ser mulher. O reconhecimento das crianças como cidadãs e portadoras de direitos, garantiu a elas direito à Educação e às instituições nas quais há profissionais com formação específica, bem como o rompimento da barreira de que esse é um campo de trabalho somente para mulheres. A existência desses e dessas profissionais foi idealizada para que pudessem realizar um trabalho voltado ao processo de desenvolvimento e aprendizagens das crianças (ASSIS, 2009).

Percebe-se então, que o reconhecimento das crianças pequenas como sujeitos históricos e portadores de direitos é respeitado quando as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes que atuam nas instituições são pensadas, são planejadas e direcionadas com experiências significativas para as crianças (ASSIS, 2009).

### **Algumas concepções das discentes do curso de Pedagogia**

A coleta dos dados ocorreu por meio de um questionário eletrônico via Plataforma Moodle. Esse instrumento foi idealizado, inicialmente, para que a professora da disciplina, segunda autora desse artigo, pudesse ter conhecimento das concepções iniciais das alunas sobre educação infantil, objeto de estudo da disciplina Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil, e para que as alunas aprendessem a utilizar a plataforma de aprendizagem à distância. Alguns dias após

as alunas registrarem suas respostas, surgiu a ideia de explorarmos estes dados por meio de um trabalho de conclusão de curso. Assim, planejamos um encontro com a turma, explicamos a ideia do estudo e elaboramos um termo de consentimento para que pudéssemos utilizar os dados de quem nos consentisse.

No dia em que foi solicitada essa autorização, a maioria das discentes colocaram-se prontamente à disposição para colaborar com a pesquisa. Das 25 discentes do segundo ano de Pedagogia da UEMS que responderam ao questionário, 3 não autorizaram que suas respostas se tornassem dados para este estudo e 2 discentes estavam ausentes quando da solicitação autorização. Portanto, nossa pesquisa conta com a colaboração de 20 alunas.

Com a preocupação de não revelar quem são as participantes desse estudo, e por motivos éticos, solicitamos que cada pessoa escolhesse um nome fictício para constar no relatório da pesquisa e publicações.

As participantes do estudo possuíam idades variadas, havia pessoas entre 18 a 41 anos de idade. Além da idade, na parte inicial do questionário procuramos traçar um perfil sobre a escolaridade delas. As vinte participantes assinalaram que não fizeram nenhum outro curso de graduação anterior ao seu ingresso no curso de Pedagogia. Dentre elas, 13 - ou 65% - das participantes vivenciaram a experiência de frequentar uma instituição de educação infantil (creche e/ou pré-escola em sua infância) e 7 pessoas afirmaram que nunca frequentaram. Consideramos este dado que aponta que mais da metade das discentes frequentaram a educação infantil como algo significativo, pois a formação docente não ocorre somente quando uma pessoa ingressa em um curso de formação inicial, mas é algo que vivenciamos desde as nossas primeiras experiências educativas em espaços coletivos ou até mesmo quando ouvimos, na infância, relatos sobre sala de aula, instituições educativas ou concepções sobre o que é ser professor(a).

Em relação ao tipo de instituição que cursaram o ensino fundamental as 20 participantes disseram ter frequentado e concluído este nível de ensino em escolas públicas. Porém, no ensino médio, obtivemos as seguintes respostas: 16 em escolas públicas, duas em instituições privadas e apenas uma das alunas parte em uma, parte em outra. Nesse quesito, vale ressaltar que uma das participantes concluiu o ensino médio no EJA (Educação de jovens e adultos). Esse aspecto reforça as informações que geralmente existem sobre a UEMS, de ser uma Universidade pública que atende, em sua maioria, pessoas advindas de escolas públicas.

Foi questionado também se já haviam atuado anteriormente na área de educação e dentre os respondentes, 13 responderam que não, ou seja, nunca atuaram nesta área e sete afirmaram que sim. Dentre as pessoas que responderam sim, suas respectivas funções foram: seis bolsistas de iniciação à docência e uma como estagiária remunerada por três meses.

Em relação ao curso de Pedagogia, 18 discentes disseram ter escolhido pelo desejo de atuar na área. Observa-se que a escolha de algumas pessoas foi influenciada pelo contato que tinham com as crianças. Uma das discentes deixa claro esse aspecto ou seu contexto atual, ao afirmar que há algum tempo desenvolve atividades com crianças pequenas:

Escolhi, porque gosto de ensinar para crianças pequenas, desde jovem já trabalhava com crianças na Igreja e, até hoje trabalho com crianças na Igreja (sic). Estar estudando (sic) Pedagogia é um sonho realizado, pois já tentava entrar para a Universidade já há muito tempo e agora consegui e, se Deus quiser, vou até o fim. Estudar me faz bem e levanta minha autoestima, nos faz sentir que podemos mais e que não somos apenas donas de casa e que temos força e conseguimos alcançar nossos objetivos (Valquíria).

O depoimento de Valquíria nos mostra que para algumas mulheres o curso de formação, a Pedagogia, é uma maneira de melhorar a autoestima e, talvez, um modo de ascensão social.

A aluna Cris trabalhou em uma instituição de educação infantil na área administrativa, em um CEIM (Centro de Educação Infantil Municipal). Na oportunidade passou a conviver com as crianças e participar das atividades pedagógicas, vivenciando a realidade da educação infantil e, assim, amadureceu o desejo de cursar Pedagogia.

Já tinha vontade de dar aula, então escolhi o curso de pedagogia porque comecei a trabalhar em um CEIM como funcionária na limpeza. Com o passar do tempo, fui me relacionando com as crianças pelos corredores, mesmo trabalhando na limpeza tive algumas oportunidades de estar apresentando (sic) teatros, junto com os professores, e o retorno das crianças para a gente (sic), nossa, era muito satisfatório. Enfim, depois de tudo, cheguei à conclusão que era esse o curso que eu queria.

A discente Sofia escolheu Pedagogia após fazer uma breve pesquisa sobre o curso. Ela relata que se informou sobre o curso conversando com as pessoas da

área e, acrescenta: “À medida que conversava com estas pessoas tive a certeza que o que eu queria era mesmo fazer pedagogia” (Sofia).

Leticia escolheu o curso de Pedagogia tendo em vista uma oportunidade de emprego.

Eu escolhi Pedagogia, primeiramente por conta da oportunidade de emprego, mas, atualmente, estou deslumbrada com o curso, não somente pelas oportunidades e, sim, pelo aprendizado que necessita (sic) para atuar como professor. Hoje tenho uma nova visão a respeito deste curso, o quanto é importante sabermos do desenvolvimento, desde o nascimento da criança, para podermos desenvolver e planejar o aprendizado dos nossos futuros alunos. Está sendo muito importante o que estou aprendendo e o que mais me chamou atenção é o cuidar que não está distante do educar.

O depoimento acima é interessante por ter a valorização da formação inicial como um período essencial para que se construa uma perspectiva mais apropriada para planejar as práticas pedagógicas com as crianças. A estudante valoriza as aprendizagens sobre desenvolvimento infantil e sobre perspectivas metodológicas, uma visão bem interessante para uma pedagoga em formação que está iniciando o segundo ano do curso.

Entre as participantes, duas pessoas relataram que tiveram influência de familiares, que já atuam como professores ou por pessoas que estão cursando Pedagogia e incentivam outras para que escolham o curso.

Duas participantes afirmaram que a princípio não queriam fazer o curso, mas com o passar do tempo se identificaram com a formação.

No questionário, quando foi perguntado às discentes se sabiam que o curso de Pedagogia formava profissionais para atuarem na educação infantil das 20 participantes somente uma pessoa relatou não tinha esse conhecimento. Após afirmar que não sabia, ela justifica que acredita estar tendo um bom aporte teórico para sua formação, afirmando: “o curso é muito bom, está nos formando, tanto na área pedagógica, como na área de gestão, um curso com muita parte teórica com a leitura de muitos livros, o que nos dá mais aperfeiçoamento” (Valquíria).

Identifica-se que as 19 discentes sabiam que o curso de Pedagogia formava profissionais para atuar na educação infantil, pois foram objetivas em suas respostas, afirmando que sim, que conheciam. Entre as 19 discentes, 3 participantes



asseguraram terem conhecimento da formação para a educação infantil, pois conviviam com profissionais que atuam na área ou que estavam em formação.

Outro aspecto que foi perguntado às discentes, foi se ao ingressarem no curso de Pedagogia, se elas sabiam o que é educação infantil. Das 20 discentes, três assinalaram que desconheciam o que é educação infantil e foram sucintas nas respostas, apenas afirmando que não. Já duas outras, Ana Beatriz e Letícia, relataram que sabiam o que era educação infantil, mas não tinham conhecimento que fazia parte da educação básica, ambas assinalando que: “não sabia que este segmento pertencia à Educação Básica”.

No questionário também foi solicitado que escrevessem sobre uma possível experiências de já conhecer e ter entrado em uma instituição de educação infantil. Quatro discentes disseram nunca terem entrado em uma instituição de educação infantil, outras 16 discentes tiveram acesso a alguma instituição de educação infantil, por trabalharem nesses espaços, por meio de projetos, de estágios supervisionado não obrigatório (estágios remunerados) ou levando e/ou buscando filhos e/ou vizinhos a estas instituições.

Entre elas, duas tiveram acesso às instituições de educação infantil, pois, os filhos frequentaram esses espaços e outra conheceu a instituição de educação infantil indo buscar alguém.

Por meio das respostas, identificamos que quatro discentes conheceram instituições por meio de viagens técnicas do curso de Pedagogia ou participando de aulas práticas de determinadas disciplinas do curso ou participando de projetos de extensão. Esses relatos nos mostram a importância de existirem no curso atividades que possam ir além das aulas em sala, em que as discentes possam enriquecer seus repertórios, por meio de vivências em viagens técnicas e atividades em instituições educativas, tanto com a participação em projetos de extensão nessas instituições, como em atividades referentes às práticas como componentes curriculares das mais diversas disciplinas do curso de graduação.

Outras três participantes relataram conhecer os CEIMs quando foram estagiar nessas instituições, por meio dos estágios supervisionados não obrigatório, algo que é muito comum no município de Dourados, a contratação de alunas de graduação, mesmo as iniciantes, como auxiliares nas turmas de educação infantil. A nosso ver, esses estágios podem trazer aprendizagens de diversas naturezas, boas e ruins, pois alguns locais de trabalho e a convivência com algumas equipes de profissionais

podem proporcionar experiências que nem sempre contribuem de maneira positiva para a formação inicial, como afirma Mariele: “Sim, recentemente estagiei num CEIM, e vi que a realidade é bem distante do ideal, pois o CEIM fica num espaço pequeno”.

As 14 discentes que afirmaram que tiveram oportunidade de acesso às instituições de educação infantil, quando questionadas, nos relataram que os ambientes são adequados para as crianças pequenas. Das participantes da pesquisa, três elogiaram o trabalho dos/das profissionais que atuam nessas instituições:

No primeiro instante foi bom, vi pessoas dedicadas a trabalhar com as crianças e o lugar era muito bom (Iza).

Foi uma ótima impressão, tanto pelas atividades propostas pela professora para os alunos, tanto no vínculo com a família das crianças, também na estrutura da instituição, organização (Thammy).

Já Ana Beatriz ressaltou ser ótima a instituição em que ela teve contato, com recursos, bem conservada, organizada: “a impressão foi boa, a instituição era bem conservada, organizada, e com recursos necessários.”

Já Valquíria ressaltou que o ambiente era propício para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças e havia profissionais comprometidos com uma educação de qualidade.

A primeira impressão que era um lugar que as crianças ficavam para serem cuidadas e alimentadas e não um local de aprendizagem. Com o meu convívio diário na instituição vi que era diferente, que as crianças tanto aprendiam quanto brincavam, pois são crianças, não conseguem ficar muito tempo fazendo uma atividade (Valquíria)

É possível identificar pelos relatos que as discentes tiveram boas impressões das instituições. Entretanto, algumas discentes observaram outras situações que se contrapõem com aquilo que seria adequado para contribuir para o desenvolvimento e as aprendizagens significativas das crianças. Entre as observações estão a infraestrutura das instituições, como observou Valentina: “Percebi que a instituição era pequena para as crianças, faltava alguns recursos próprios para a educação infantil”. Outra discente ressaltou:

Há pouco espaço para as crianças, sala com pouca ventilação, não há material pedagógico para elas, pouco espaço no pátio para atividades ao ar livre. Não foi boa como eu imaginava: uma instituição em que tivesse (sic) mais espaços para as crianças poderem aproveitar - e também não tinha (sic) materiais adequados para elas manusearem (Aguera).

Ao perguntarmos as discentes se quando concluírem o curso de Pedagogia elas pretendem atuar na educação infantil, as respostas foram muito interessantes e, até mesmo, surpreendentes, pois apesar de poucas experiências e vivências nessas instituições, nota-se um número expressivo de discentes que pretendem atuar nessa área. Entre as 20 alunas que participaram desse estudo, 15 afirmaram que pretendem atuar na educação infantil como professora ou coordenadora.

Uma delas até mesmo expressa preocupação com a qualidade pedagógica na educação infantil, afirmando: “Sim. Pois é necessário professores qualificados para atuar na educação infantil e também porque me identifico muito” (Clarice). Essa afirmação coincide com a afirmação de Angotti (2010, p. 19) que enfatiza:

É primordial a presença de profissionais que possam povoar as instituições infantis na condição de educadores e não meros funcionários, de terem formação específica para fundamentar e definir um novo fazer educacional, uma nova profissionalidade, que possa atender ao ser criança provendo e promovendo seu processo de desenvolvimento.

Das cinco participantes que disseram que, a princípio, não atuariam na educação infantil, por pretenderem dar continuidade aos seus estudos ou atuar em outras áreas da Pedagogia, uma das respostas nos chamou a atenção. Mariele relatou que não atuaria e apontou questões polêmicas que envolvem a educação, a formação de professores e as iniciativas de contratação de estagiários remunerados, em especial, estagiárias que atuam em locais inapropriados e com situações muito inadequadas. Ela relatou:

Minha experiência como estagiária na educação infantil no maternal II não foi muito boa, pois a cobrança era grande, e muitos dos estagiários se portavam como professores, sendo autoritários. Percebi que a maioria dos direitos previstos em leis não são cumpridos, sobrecarregando assim os profissionais de educação, mas acredito que preciso ter mais experiências na área, pretendo também continuar meus estudos (Mariele).

Os relatos de Mariele mostram que experiências negativas podem contribuir para que futuras profissionais desistam de atuar na educação infantil. A Resolução/CEPE-UEMS nº 498, de 14/04/2005, que normatiza e regulamenta do Estágio Curricular Supervisionado para os cursos de licenciatura na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no Art. 2º e inciso de I enfatiza que o estágio deve viabilizar a reflexão teórica sobre a prática e a articulação entre ambas e que este aspecto auxiliaria a consolidar a formação docente. Essa não era a condição de Mariele, pois ao ser contratada como estagiária, ela estava iniciando o primeiro ano de sua graduação (seu contrato foi realizado logo nos meses iniciais) e não havia tido nenhuma disciplina que tivesse a educação infantil como foco de estudo. Assim, podemos dizer que ela não tinha conhecimentos necessários sobre educação infantil para conseguir refletir sobre as situações que vivenciava na instituição e, pelo relato, podemos também supor que não teve um apoio significativo da docente que a recebia.

Alguns estudiosos e estudiosas, tais como Pimenta e Lima (2008) consideram o estágio um momento de troca de conhecimento entre a instituição educativa e a Universidade, o qual permite aos estagiários desenvolverem atitudes e habilidades para melhor desempenho profissional. O estágio supervisionado no processo de formação de professores, de acordo com Leite; Ghedin; Almeida (2008) possibilita a reflexão a partir da problematização da prática, e permite um olhar frente às suas ações e a dos outros, possibilitando criar soluções a novos desafios.

O relato nos mostrou uma experiência em relação ao estágio um pouco frustrante para a discente, visto que o estágio é um período de aprendizado, de troca de experiências e não houve esta condição.

### **Algumas Considerações**

O artigo apresentado propôs-se a analisar algumas concepções relacionadas à educação infantil expressas pelas discentes do Curso de Pedagogia da UEMS – Dourados. Nas análises identificamos que é nítido o interesse delas em atuar na educação infantil. Elas também relataram que tinham o conhecimento que a Pedagogia forma profissionais para este segmento educativo, entre outras possibilidades, como a docência no ensino fundamental ou a gestão.

Os dados mostraram que as respondentes estão cursando a sua primeira graduação e algo que consideramos interessante foi que a maioria declarou que

tinham o desejo de fazer Pedagogia, pois colocaram o curso como primeira opção para ingresso.

Várias discentes traziam perspectivas positivas em relação à possibilidade de desenvolver um trabalho com qualidade, favorecendo o processo de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças pequenas, visto que algumas já tiveram contato com as instituições desde pequenas como participantes do processo e outras, enquanto adultas atuando nas instituições.

Alguns dados e análises chamaram a atenção no estudo realizado e nos mostraram a necessidade de uma formação inicial que seja eficiente para promover aprendizagens sobre o tema educação infantil. Exemplo disso foi a afirmação de duas discentes que relataram que sabiam o que era educação infantil, mas não tinham conhecimento que fazia parte da educação básica. Elas sinalizaram desconhecer que a educação infantil é, desde 1996, a primeira etapa da educação básica. Essa afirmação ressalta a necessidade de ampliar os conhecimentos dessas estudantes sobre a legislação que institui esse segmento educativo como a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas e, pode nos dar um alerta que várias estudantes ainda podem conceber a educação infantil como algo ligado à assistência social e não à educação.

Outro dado da pesquisa traz à tona problemas frequentes na educação infantil, que são as instituições com estruturas físicas inapropriadas (espaços internos e externos pequenos, falta de ventilação nas salas das turmas, baixa iluminação, entre outros) e sem materiais pedagógicos apropriados a faixa etária das crianças. As condições inadequadas para o funcionamento de uma instituição trouxeram impressões negativas a uma das estudantes. Esse é um aspecto precisa ser melhorado em todo o nosso país, para que possamos atender às crianças com qualidade.

Apesar de termos um número expressivo de discentes que pretendem atuar na educação infantil e várias delas terem boas impressões do trabalho desenvolvido nessas instituições, a resposta de uma discente nos chamou a atenção, pois ela teve um contrato de estágio (Estágio Curricular Supervisionado Não-obrigatório) em uma instituição e teve uma experiência não muito agradável. O estágio supervisionado, seja ele o obrigatório ou o não obrigatório (o remunerado), deve garantir oportunidades dos discentes vivenciarem reflexões entre a teoria e as práticas pedagógicas, sobre o fazer pedagógico que caracteriza o trabalho docente,

vivenciar experiências em um ambiente educativo no qual seja possível compartilhar suas concepções com a equipe profissional que o(a)s recebe e ter aprendizagens diversas. A instituição que recebe deve atuar como formadora para a cidadania e nos aspectos profissionais.

O relato de Mariele demonstra que muitas experiências em relação ao estágio supervisionado não obrigatório podem ser frustrantes para os discentes dos cursos de licenciatura, visto que o estágio é um período de aprendizado, de troca de experiências e se a instituição que recebe não apresenta estas condições, pode acabar interferindo de maneira não adequada para a formação, não acrescentando experiências significativas para uma formação de qualidade.

Muitas discentes relataram que tiveram uma boa impressão ao entrarem em uma instituição de Educação Infantil pela primeira vez. Acreditam que nesses espaços os profissionais desenvolvem um trabalho significativo no processo de desenvolvimento e de aprendizagens das crianças, apesar de várias delas enfatizarem que perceberam as dificuldades que muitos espaços educativos apresentam.

Percebemos também, por meio dos relatos, a importância de a Universidade promover pesquisas, projetos de extensão, viagens técnicas e até mesmo consolidar nas disciplinas algumas práticas que possibilitem vivências que aproximem as estudantes dos espaços educativos e proporcionem reflexões sobre o fazer docente.

O estudo apontou que a maioria das discentes já tiveram em diferentes momentos de suas histórias de vida algumas experiências em espaços educacionais de crianças, porém o curso de formação inicial é fundamental para proporcionar aprendizagens que possam contribuir na construção de conhecimentos para que estas professoras em formação possam ter condições de desenvolverem um trabalho significativo nas instituições de Educação Infantil.

A pesquisa trouxe dados relevantes acerca das concepções de discentes do segundo ano do curso de Pedagogia da UEMS, visto que as alunas recém ingressas na Universidade trazem algumas experiências que instigaram seu desejo para uma formação superior e conduziram para a escolha do curso e, principalmente, para atuarem nos espaços de educação infantil.

## Referências

ANGOTTI, Maristela. Educação Infantil: para que. Para quem e por quê. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2010.

ASSIS, Muriane S. da Silva. Ama, Guardiã, Crecheira, Pajem, Auxiliar... em busca da profissionalização do educador da Educação Infantil. In: ANGOTTI, Maristela (org.). **Educação Infantil: da condição de direito à condição de qualidade no atendimento.** Campinas: Alínea, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 20 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília – DF, MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/** Secretária de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecilia de Souza. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2009.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Política de formação profissional para a educação infantil: pedagogia e normal superior. In: **Educação e Sociedade.** Nº 68/especial. Campinas: CEDES 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301999000300004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301999000300004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEITE, Yoshie Ussami Ferrari; GHEDIN, Evandro; ALMEIDA, Maria Isabel de. **Formação de professores: caminhos e descaminhos da prática.** Brasília: Liber Livro, 2008.

NUNES, Maria Fernando Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica.** Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica, Fundação, Orsa, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, A. S. **Concepção de Infância e Educação Infantil.** Pedagogia ao Pé da Letra. 2012. Disponível em: <<https://pedagogiaaopedaletra.com/concepcao-de-infancia-e-educacao-infantil-2/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

UEMS. **Regimento Interno do Curso de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.** Dourados-MS: UEMS, 2009.